

# Plano de ação e metas de FHC destaca reformas

*No documento, presidente diz que novo regime fiscal é essencial para que o País cresça*

ARIOSTO TEIXEIRA

**B**RASÍLIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso considera, no plano de ação e metas da última metade do seu segundo mandato que encaminhará oficialmente hoje aos presidentes dos partidos de sua base parlamentar, que para o País crescer a taxas mais elevadas que as atuais (em torno de 4% ao ano), será preciso "avançar no campo das reformas, sobretudo na sua dimensão microeconômica".

O documento considera que a construção de um novo regime fiscal, apoiado em reformas estruturais e em metas de resultado primário com a solvência do setor público, "é o alicerce do círculo virtuoso que começa a ex-

perimentar a economia brasileira".

Nesse contexto, o presidente observa ser "fundamental preservar as condições de obtenção dos superávits primários definidos no biênio 2001-2002 de 3% e 2,7%, respectivamente".

**Reformas fiscais** - O texto com o roteiro do que o governo pretende no biênio 2001-2002 defende a continuidade do programa de reformas com impacto fiscal com base na experiência recente do País - "e não só na brasileira"

-, que mostraria que em determinadas conjunturas, como a atual, uma política fiscal austera "conduz à maior expansão do produto, da renda e do emprego que uma política fiscal pretensamente mais expansionista".

Além do fortalecimento das políticas sociais, que permeia o documento do presidencial, a proposta considera também que para aprofundar as mudanças no campo da microeconomia será preciso continuar o programa de privatizações a fim de "modernizar a infra-estrutura", além de melhorar a qualidade do sistema tributário e fortalecer o mercado de capitais como fonte de financiamento da atividade econômica.

O documento avalia, ainda, como essencial para o aumento da produtividade da economia, a reforma da legislação trabalhista na medida em que ela possa assegurar "relações estáveis de longo prazo entre trabalhadores e empresários".

**Agenda** - A agenda legislativa contendo os pontos que o governo deseja aprovar e implementar antes da campanha presidencial do ano que vem foi dividida em 13 tópicos. Neles são descritas os projetos, medidas provisórias e emendas constitucionais pendentes de deliberação ou que ainda serão encaminhados aos plenários do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado. Até a versão que estava sendo redigida ontem, o governo previa, entre outras matérias, a discussão de alternativa à arrecadação proporcionada pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja cobrança terminará em junho de 2002, da reforma tributária, da lei das S. A., dos projetos de regulamentação do fundo da pobreza, da reforma administrativa e previdenciária, da emenda que prevê a contribuição previdenciária dos inativos, da reforma política e da modernização da legislação trabalhista.

**L**EGISLAÇÃO  
TRABALHISTA  
PRECISA DE  
MUDANÇAS